



Recebimento: 14/09/2020

Aceite: 17/10/2020

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, COVID-19 E AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

TERRITORIAL DEVELOPMENT, COVID-19 AND THE NEW STRATEGIES OF PRODUCTION, COMMERCIALIZATION AND FOOD CONSUMPTION OF FAMILY FARMING IN THE SOUTHERN REGION OF RIO GRANDE DO SUL

Abel Cassol¹
Letícia Paludo Vargas²
Mario Duarte Canever³

Resumo

O artigo apresenta as principais transformações geradas pela pandemia da Covid-19 na agricultura familiar na região sul do RS. O objetivo é analisar como os agricultores familiares têm sido afetados e têm respondido às crises sanitária, econômica e alimentar resultantes das transformações profundas e imediatas trazidas pelo novo coronavírus. O argumento defendido é o de que os efeitos gerados pela pandemia podem abrir a oportunidade de retomada dos territórios como principal dimensão para os processos de desenvolvimento rural. A coleta dos dados foi realizada a partir de 21 entrevistas semiestruturadas com atores vinculados à agricultura familiar. Apesar das dificuldades impostas à saúde, produção, comercialização e consumo de alimentos, os dados demonstram haver um protagonismo dos atores e organizações locais no enfrentamento da pandemia. Especialmente, verifica-se como esses atores, estão construindo um conjunto de práticas e processos que tem contribuído na coesão do tecido social, na manutenção do dinamismo econômico do território e, principalmente, na garantia do acesso aos alimentos e da segurança alimentar e nutricional dos seus habitantes. Contudo, para que essas ações perdurem no longo prazo e efetivamente sejam institucionalizadas é preciso que elas sejam conectadas a uma nova agenda de desenvolvimento territorial que interseccione o debate sobre sustentabilidade com os sistemas alimentares locais, conforme se apresenta nesse trabalho.

¹ Doutor em Sociologia (UFRGS). Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS - Brasil. E-mail: abelcassol@hotmail.com

² Doutora em Extensão Rural (UFSM). Professora da Universidade do Contestado (UnC). Canoinhas - SC, Brasil. E-mail: letipvargas@gmail.com

³ Doutor em Administração (Wageningen University). Professor da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas - RS, Brasil. E-mail: caneverm@gmail.com

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Agricultura familiar. Covid-19. Alimentação.

Abstract

The article presents the main changes generated by the Covid-19 pandemic in family farming in the southern region of RS. The objective is analyze how family farmers have been affected and have responded to the health, economic and food crises resulting from the changes brought about by the new coronavirus. The argument defended is that the effects generated by the pandemic may open opportunity for the resumption of territories as the main dimension for rural development processes. Data collection was based on 21 semi-structured interviews with actors linked to family farming. Despite the difficulties imposed on health, production, marketing and consumption of food, the data show a leading role of local actors and organizations in facing the pandemic. In particular, shows how these actors are building a set of practices and processes that have contributed to the cohesion of the social ties, in maintaining the economic dynamism of the territory and, mainly, in the access to food and nutritional security for its inhabitants. However, for these actions effectively be institutionalized in the long term, they need to be connected to a new territorial development agenda that intersects the sustainability debate with local food systems, as presented in this work.

Keywords: Territorial development. Family farming. Covid-19. Food.

Introdução

As discussões sobre desenvolvimento rural no Brasil nas duas últimas décadas experimentaram a emergência e o enfraquecimento da dimensão territorial enquanto espaço intermediário entre o local e o global para participação, deliberação e construção de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015; BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020).

A partir de finais dos anos 1990, e especialmente na primeira década dos anos 2000 se consolidou entre gestores, representantes de instituições públicas e privadas, movimentos sociais e academia a capacidade dos territórios em promover o desenvolvimento das regiões rurais. A principal constatação à época era de que o desenvolvimento rural, para ser alcançado – notadamente por meio da diminuição da pobreza das famílias – necessitava de um deslocamento analítico e normativo que deixasse de lado as políticas e recortes setoriais e abarcasse políticas integradas e intersetoriais para as quais a dimensão territorial seria a mais apropriada (SCHNEIDER, 2004; FAVARETO, 2010a).

Esse processo de emergência territorial do desenvolvimento rural refletiu-se tanto na diversidade de abordagens que passaram a tratar do tema no país, quanto na construção de um conjunto plural de políticas públicas que tinham nos territórios o centro de deliberação e participação dos atores locais (ABRAMOVAY, 2003; SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2003; SCHNEIDER, 2004; PIRAUX; CANIELLO, 2019).

Contudo, os últimos anos experimentaram um arrefecimento das abordagens territoriais e uma desestruturação desses processos, especialmente no campo normativo das políticas públicas. As causas disso podem ser encontradas na mudança de viés político em nível federal; na assimilação apenas discursiva e retórica dos agentes envolvidos com o tema, que não veio acompanhada de uma mudança institucional que rompesse com o viés predominantemente setorial das políticas públicas brasileiras; das dificuldades em integrar a diversidade de atores (indígenas, quilombolas, jovens e mulheres) nos conselhos deliberativos; do caráter apenas consultivo dado às reivindicações das organizações e atores locais, sem que esses tivessem efetivo poder decisório; enfim, de uma estrutura de governança que não foi capaz de engendrar o planejamento de ações consistentes a médio e longo prazo que fosse além do fomento das atividades tradicionais (e setoriais) dos territórios (FAVARETO, 2010a; 2010b; PIRAUX; CANIELLO, 2019).

Entretanto, o surgimento da pandemia do novo coronavírus parece ter recolocado o território no centro do debate sobre desenvolvimento rural. É de conhecimento comum que o potencial nocivo da Covid-19 não decorre apenas da sua dimensão sanitária, mas também dos reflexos gerados no âmbito econômico e na distribuição e acesso aos alimentos (CEPAL, 2020). Esses reflexos, que têm

afetado de maneira geral o conjunto da população brasileira, assume características específicas em relação aos agricultores familiares, principais produtores de alimentos no país (FAO, 2020).

Se as novas dinâmicas de interação baseadas no distanciamento social como forma de evitar a propagação do vírus geraram restrições significativas de acesso a inúmeros canais de comercialização – fechamento ou suspensão de feiras da agricultura familiar; suspensão das aulas e das compras via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – por outro lado trouxe à tona a importância das redes locais e regionais de produção, comercialização e consumo de alimentos para a manutenção da segurança alimentar e nutricional das populações urbanas. Essa importância tem se refletido em novas dinâmicas de abastecimento alimentar levadas a cabo pela agricultura familiar.

Nesse sentido, o foco desse artigo consiste em analisar como os agricultores familiares da região Sul do Rio Grande do Sul têm sido afetados e têm respondido às crises sanitária, econômica e alimentar resultantes das transformações profundas e imediatas trazidas pela Covid-19. Especialmente, pretende-se demonstrar como os atores locais vinculados à agricultura familiar têm desenvolvido novas dinâmicas produtivas, comerciais e de consumo que reforçam o papel dos territórios para os processos de desenvolvimento.

O artigo divide-se em seis seções a contar da introdução. Na seção dois analisamos as definições de desenvolvimento territorial rural e suas principais abordagens. Destaca-se a necessidade de uma nova agenda para o enfrentamento dos efeitos da COVID-19. Na seção três apresenta-se o projeto de extensão e a metodologia de pesquisa utilizada na coleta dos dados empíricos. A seção quatro discute os principais resultados encontrados até o momento. A quinta seção é reservada à discussão sobre o papel do Estado e da necessidade de construção de novas políticas públicas alimentares que fortaleçam as iniciativas preliminares em curso. Finalmente, a sexta seção é reservada a algumas considerações finais.

Desenvolvimento territorial, agricultura familiar e alimentação

A emergência da dimensão do território enquanto espaço de reconhecimento da diversidade dos atores sociais e econômicos e, portanto, como escala indispensável ao desenvolvimento efetivo das sociedades, remonta às contradições geradas pelo processo de globalização. Acentuado a partir dos anos 1990, esse processo se caracteriza pela crescente interdependência das relações sociais e econômicas às escalas internacionais, com a reestruturação da economia capitalista por meio da descentralização industrial, do aumento da velocidade de comunicação no espaço-tempo e da integração de capitais em nível transnacional (CASTELLS, 1999).

Paradoxalmente, esse crescimento da interdependência das relações sociais e econômicas em âmbito internacional, expôs a ineficiência dos modelos centralizados de desenvolvimento, levados a cabo pelos Estados Nação e pelos organismos internacionais, abrindo espaço para iniciativas locais e regionais. Essa reestruturação dos modelos de desenvolvimento é tributária, também, da emergência da sociedade civil e de organizações não governamentais que se consolidam ao mesmo tempo em que avança a globalização (MARSDEN, 1992).

No “mundo rural”, os territórios emergem como consequência, entre outras, das críticas cada vez mais fortes aos padrões técnicos dominantes na agricultura incorporados pelas cadeias agroalimentares transnacionais, por meio de um conjunto expressivo de novos e diversos processos alternativos⁴. Concomitantemente, amplia-se o papel da sociedade civil e dilui-se a centralidade do poder público e de suas instituições nos espaços rurais, assim como as questões ambientais deixam de serem aspectos residuais e tornam-se centrais ao debate sobre desenvolvimento rural. Inclusive enquanto vantagem econômica comparativa na disputa por recursos públicos (SCHNEIDER, 2004).

Tais processos culminaram em uma diversidade de definições e abordagens acerca do desenvolvimento territorial rural (DTR), que embora divergentes em alguns aspectos relevantes, compartilham pelo menos cinco elementos comuns⁵: a) os territórios são espaços socialmente

⁴ Uma das dimensões mais visíveis dessa crítica são as inúmeras iniciativas de reestruturação dos sistemas alimentares locais que surgem no âmbito do processo conhecido como *quality turn*. Para uma boa revisão de suas diferentes abordagens consultar Blay-Palmer et al. (2018).

⁵ Em virtude da sua origem no campo da geografia, a depender da abordagem o termo território é utilizado seja como conceito teórico e heurístico, seja como unidade de referência empírica e normativa (SCHNEIDER, 2004). No campo das políticas públicas, há uma tentativa de sintetizar essas divergências por meio do uso do território como ferramenta para pensar o planejamento, a intervenção e o desenvolvimento das comunidades em alguma escala (local, regional, intermunicipal, etc.).

construídos que incluem atores, estruturas e instituições. Isto é, não se limitam a regiões geográficas e/ou físico-biológicas; b) as economias rurais são setorialmente diversas, incluindo outras atividades primárias além da agricultura, tais como serviços, manufatura e pequenas indústrias; c) os espaços rurais necessitam ser analisados a partir de suas relações com o urbano, pois há uma interdependência entre ambos; d) as estratégias e políticas de DTR têm de ser realizadas “desde abaixo”, incorporando e dando poder de decisão aos atores locais, ainda que as relações com as políticas nacionais sejam relevantes para o sucesso de longo prazo do DTR; e) as políticas de DTR necessitam construir um “ator territorial coletivo”, isto é, uma coordenação de ações que abarque os interesses individuais e setoriais dos espaços rurais em uma perspectiva coletiva (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020).

A partir desses pontos de convergências, os territórios podem ser resumidamente definidos como espaços de interação entre sociedades humanas e ecossistemas por meio da coordenação entre diferentes formas de organizações sociais, atores econômicos e instituições políticas que possuem uma história própria relacionada ao seu lugar (ABRAMOVAY, 2003). No caso das áreas rurais, essa definição implica na pressuposição do rural enquanto espaço multifuncional, intersetorial e pluriativo. Desse modo, o DTR vincula-se indubitavelmente às discussões sobre agricultura familiar e seu papel para o desenvolvimento rural (FAVARETO, 2020).

Essa visão ampla e diversificada dos processos de desenvolvimento pautadas pela sua dimensão territorial foi a responsável pela implantação de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural em diferentes países latino-americanos que tiveram como principal resultado o fortalecimento da agricultura familiar. Mais do que isso, essas iniciativas foram as responsáveis pelo desenvolvimento econômico e a transformação produtiva das áreas rurais com menores vantagens comparativas em relação aos mercados internacionais, contribuindo para a redução da pobreza dessas regiões. Finalmente, as iniciativas de DTR, em alguns casos, foram capazes de construir novos arranjos institucionais mais democráticos, transparentes e participativos, dando voz aos atores sociais locais (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020).

No caso brasileiro, conforme atestam Delgado e Leite (2015), o aspecto fundamental da adoção das políticas de desenvolvimento territorial rural esteve atrelado a uma tentativa de consolidar a democracia nas regiões rurais por meio de uma nova cultura política, a qual tinha como viés gerar maior autonomia aos agricultores familiares, assentados de reforma agrária e populações tradicionais.

Apesar desses pontos positivos, as iniciativas de DTR não foram capazes de concretizar aquilo que delas se esperava. Dentre os cinco principais limitantes identificados para consolidação das abordagens territoriais, as falhas de coordenação entre os diversos atores (públicos, privados, não governamentais), entre os distintos níveis de governo (federal, estadual, municipal) e as diferentes atividades (agrícolas e não agrícolas); assim como o poder limitado dado aos atores locais nas tomadas de decisões (impedindo com que se rompesse o viés setorial das políticas agrícolas), são aqueles que mais bem explicam o enfraquecimento do enfoque territorial nos últimos anos, especialmente no campo normativo das políticas públicas (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020)⁶.

Apesar da fragilidade dos territórios e das políticas territoriais decorrentes de tais limitações, o advento da pandemia do novo coronavírus tem recolocado a dimensão regional/local no centro do debate, especialmente na discussão sobre produção e abastecimento alimentar. Todavia, essa retomada se dá com baixa presença do Estado e com protagonismo da sociedade civil e de suas organizações (FAO, 2020).

É dos territórios e dos atores locais que brotam diversas iniciativas – tais como organização de entregas de cestas básicas para vulneráveis; entregas de alimentos em domicílio; compras via redes sociais, aplicativos e plataformas digitais – que tem sido bem sucedidas para amenizar os impactos negativos da Covid-19 (PREISS et al., 2020).

No caso pesquisado, essas respostas locais têm sido desenvolvidas pelos agricultores familiares da região sul do RS, que além da pandemia, se confrontaram com uma das mais graves estiagens dos últimos anos, impactando diretamente nas suas dinâmicas produtivas. Essas iniciativas têm gerado novas dinâmicas de comercialização e consumo, as quais tem privilegiado a dimensão

Especificamente para o caso do DTR, algumas dessas abordagens podem ser consultadas em Pérez (2001), Schejtman e Berdegú (2003), Perafán e Schneider (2020).

⁶ No caso brasileiro, esse enfraquecimento faz parte de um conjunto mais amplo de desmantelamento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, que vem ocorrendo desde 2014 e que foi acentuado a partir de 2016 com as crises econômica e política ainda presentes (PIRAUX; CANIELLO, 2019).

territorial e aberto espaço para a readequação dos territórios sob uma nova agenda que integre a busca pelos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e os sistemas alimentares locais.

Os efeitos da pandemia na agricultura familiar e uma nova agenda para o Desenvolvimento Territorial Rural

Pesquisas recentes apontam que 55% da população brasileira observou perda de renda na família nos últimos meses em virtude dos feitos da pandemia (UNICEF, 2020). Na agricultura familiar, no mês de julho/20, 51% dos agricultores afirmaram terem perdido receita, com uma queda média de 35% da renda familiar bruta mensal auferida. No Rio Grande do Sul a perda foi de 43% (DEL GROSSI, 2020).

Essa queda está relacionada aos efeitos gerados em três dimensões interligadas da agricultura familiar: a) dificuldades de manutenção da dinâmica produtiva e comercial; b) impactos nos volumes de produção; c) efeitos nos preços recebidos e, principalmente, na renda dos agricultores familiares nos últimos meses (IICA, 2020).

Os efeitos produtivos e comerciais decorrem das dificuldades de transporte e distribuição da produção gerada pela pandemia e que tem afetado o comércio da agricultura familiar. A falta de acesso a recursos financeiros e dificuldades de contratação de mão de obra também tem impactado o volume produzido. Finalmente, estudos relatam aumento no preço dos insumos agrícolas e diminuição dos valores pagos aos alimentos aos agricultores, especialmente aqueles inseridos em cadeias longas (FAO, 2020; IICA, 2020; BID, 2020).

Esse cenário de incertezas e dificuldades tem sido enfrentado principalmente por meio de iniciativas locais de organização e governança. Especialmente, a garantia da segurança alimentar e nutricional da população tem obtido melhores resultados na medida em que empreendimentos e redes de abastecimento territoriais ligadas à agricultura familiar são estimulados e apoiados (PREISS et. al, 2020; PREISS, 2020; FRANCE URBAINE, 2020; FAO, 2020).

Nesse sentido, a pandemia pode abrir a oportunidade de uma nova agenda ao DTR. Essa nova agenda, em que pese estar em construção no momento, passa pela interconexão entre três processos fundamentais: a dimensão territorial do desenvolvimento rural, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os novos sistemas alimentares (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020; PERAFÁN; SCHNEIDER, 2020).

Essa interconexão parte da constatação de que os princípios da perspectiva territorial para o desenvolvimento rural não são contestados, mas sim suas formas de operacionalização e instrumentalização (PERAFÁN; SCHNEIDER, 2020). Nesse sentido, uma maneira efetiva de operacionalizar o DTR é vinculá-lo a Agenda 2030 e seus ODS. De acordo com Saraiva-Matus e Aguirre (2019) os espaços rurais são essenciais para que se cumpram tais objetivos. Esses autores afirmam que, dos 17 objetivos e das suas 169 metas, em torno de 132 dessas (78%) só poderiam ser alcançadas através dos atores e organizações presentes nas áreas rurais⁷.

Dessa forma, os territórios rurais poderiam servir como espaços de implantação de políticas e processos de desenvolvimento atuando como uma escala de operacionalização dos ODS. Esse “uso” dos territórios ajudaria a resolver os problemas de interlocução entre os diversos ODS – aquilo que Nilsson e Constanza (2015) chamaram de “abordagem de silo” – facilitando uma melhor sinergia e coordenação entre políticas setoriais e territoriais, o que seria positivo seja para consolidação dos enfoques territoriais quanto para o alcance dos ODS no médio e longo prazo.

Outro ponto de interconexão que pode fortalecer os territórios está no fato de que na visão multidimensional e multisetorial de desenvolvimento abarcada pela abordagem territorial, a dimensão regional/local do desenvolvimento rural é peça chave para articular a diversidade social e produtiva vinculada à categoria da agricultura familiar. Conforme atestam Perafán e Schneider (2020) um bom caminho para isso pode ser incorporar ao debate sobre desenvolvimento territorial o que vem sendo discutido no âmbito dos “estudos alimentares”. Tais estudos aproximam campo e cidade e veem a multifuncionalidade e a multisetorialidade do rural como condições necessárias para o desenvolvimento rural, especialmente para o grupo da agricultura familiar, responsável pela produção de boa parte dos alimentos consumidos no país.

⁷ A erradicação da pobreza (ODS 01), a diminuição da fome (ODS 02), igualdade de gênero (ODS 05), gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais (ODS 12) e suas metas, dentre outros, são destacados como alguns dos ODS que somente seriam alcançados por meio da contribuição do rural e, especialmente da agricultura familiar (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020).

De acordo com os autores, há quatro componentes que apontam para essa integração entre DTR e sistemas alimentares sustentáveis (tendo a agricultura familiar como ator chave): a) necessidade de padrões mais saudáveis e sustentáveis de produção e consumo alimentares; b) modelos produtivos ecologicamente sustentáveis; c) mitigação dos efeitos da mudança climática; e d) reconhecimento dos territórios rurais nas dinâmicas atuais de desenvolvimento (PERAFÁN; SCHNEIDER, 2020).

Portanto, percebe-se a pertinência do DTR para a consolidação de processos sustentáveis de produção, comercialização e consumo de alimentos que sejam geridos e governados pelos próprios atores locais. Os territórios são um espaço privilegiado de ação e intervenção política que podem contribuir sobremaneira para o enfrentamento dos desafios ao desenvolvimento contemporâneo, notadamente aqueles que se impõem com a pandemia da Covid-19, conforme veremos adiante.

Metodologia

Os dados aqui apresentados fazem parte do projeto de extensão *Observatório da Problemática da Seca e da Covid-19 na Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul*. Com o advento da pandemia da Covid-19 no país e a suspensão das atividades docentes no início do mês de março/20, alguns dos professores vinculados ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, na Universidade Federal de Pelotas (DCSA/FAEM/UFPel) resolveram criar o referido projeto⁸.

Seu objetivo principal está na avaliação e compreensão de como as transformações repentinas geradas pela pandemia têm afetado as dinâmicas produtivas, comerciais e de consumo dos agricultores familiares e dos habitantes urbanos da região delimitada. Tais transformações foram acompanhadas por um período histórico de estiagem que acometeu todo o território do RS, agravando os efeitos gerados na agricultura regional.

O projeto teve início na segunda semana do mês de abril e mantém-se ativo até o momento. Em virtude do distanciamento social, as atividades desenvolvidas são realizadas através de reuniões semanais virtuais. Nesses encontros, são definidos os temas que serão abordados na semana, quais atores serão entrevistados e quais ferramentas de coleta de dados.

O método de pesquisa utilizado é o qualitativo. A coleta dos dados primários é feita através de entrevistas semiestruturadas com questões abertas. Para isso, foram utilizados aplicativos de trocas de mensagens instantâneas e chamadas de voz, com possibilidade de gravação e transcrição de áudios, para posterior análise dos dados. Apenas as entrevistas realizadas junto aos produtores e consumidores das feiras agroecológicas foram feitas presencialmente.

Até o momento foram realizadas 21 entrevistas⁹ com agricultores familiares, extensionistas rurais, movimentos sociais, secretários de agricultura e prefeitos de diversos municípios, consumidores e outros atores envolvidos com a agricultura familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul¹⁰.

Os temas abordados referem-se a seis eixos analíticos estruturantes do projeto: saúde, produção, comercialização, consumo, articulações e políticas públicas e perspectivas de futuro. Para cada um desses eixos, buscam-se compreender como os eventos da crise sanitária e da seca impuseram a necessidade de novas articulações, mobilizações e ações aos atores sociais vinculados ao setor da agricultura familiar da região e as perspectivas que os mesmos projetam a partir desse cenário.

Finalmente, é importante registrar que parte desses dados e análises foram divulgados através de informes quinzenais produzidos pelo projeto¹¹. Tais informes, que não possuem caráter científico, têm como objetivo permitir aos agricultores familiares da região divulgar seus novos canais de comercialização; aos gestores públicos dos municípios terem acesso ao que as cidades do território estão fazendo para amenizar a pandemia e a seca; assim como informar aos atores locais o conjunto de políticas públicas territoriais e nacionais que estão sendo implementadas e que podem ser por eles acessadas.

⁸ No momento, o projeto também conta com a participação de alunos de pós-graduação e pesquisadores de entidades de extensão rural da região.

⁹ Esse número de entrevistados refere-se ao período de 10/04/20 a 09/07/20.

¹⁰ Os municípios pesquisados até o momento foram os seguintes: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

¹¹ Até o momento foram produzidos 09 informes, os quais têm sido publicados em mídias digitais e no site do Observatório. Para mais informações: <https://wp.ufpel.edu.br/dcsa/observatorio-do-dcsa/informes/>

Os resultados obtidos até o momento demonstram importantes transformações geradas nas dinâmicas de produção, comercialização, consumo e nas articulações coletivas dos atores territoriais que tem amenizado os efeitos da pandemia na região¹². São esses resultados analisados a seguir.

Os efeitos da Covid-19 na agricultura familiar da região sul do RS:

A análise realizada abaixo é longitudinal, perpassando as principais transformações encontradas no decorrer dos meses de abril a agosto de 2020. O objetivo dessa escolha decorre da velocidade de transformação da realidade social imposta pela pandemia. A cada consulta com os atores pesquisados, foi possível perceber novas preocupações e ações que não se encontravam presentes anteriormente. Do mesmo modo, outras percepções e ações deixaram de existir na medida em que essas dinâmicas foram sendo modificadas.

Outrossim, é importante destacar que em nível federal algumas políticas de enfrentamento à pandemia para o setor da agricultura familiar foram criadas, mas que não serão analisadas em detalhes abaixo¹³. Nosso foco restringe-se às transformações ocorridas nas dimensões da saúde, produção, comercialização e consumo e às principais iniciativas e ações locais construídas pelos atores vinculados à agricultura familiar do território da Região Sul do RS.

A saúde e a agricultura familiar em tempos de pandemia

Os resultados alcançados com a pesquisa demonstram que as preocupações em torno da saúde foram crescendo ao longo dos meses dentre os agricultores familiares pesquisados. Nas primeiras intervenções realizadas em abril, a pandemia da Covid-19 era vista como algo quase inexpressivo, distante das áreas rurais e interioranas do território.

Contudo, nos últimos meses (junho-julho-agosto), essas preocupações cresceram e a pandemia tornou-se uma preocupação constante do ponto de vista sanitário. Essa mudança coincide com a interiorização do vírus no país e com o aumento de casos na região de Pelotas, maior cidade do território pesquisado. Nas palavras de um dos agricultores entrevistados,

(...) o coronavírus, num primeiro momento, ali estava a doença mais nas grandes cidades. E agora ela começa a gerar maiores preocupações porque ela pega os municípios nos quais nós temos as nossas áreas de assentamentos. Por mais que nós estejamos num território um pouco mais privilegiado, mas tu precisa se movimentar e ir pra cidade e corre o risco de tu ser contaminado também por essa questão do coronavírus. (Agricultor assentado, integrante do MST. Entrevista realizada em 08/06/20).

Registra-se, ainda, que os agricultores familiares pesquisados, em sua maioria, possuem idade avançada, fazendo parte do grupo de risco da doença. Esse fator tem redobrado a atenção das famílias, influenciando em algumas dinâmicas, como a diminuição da presença de agricultores idosos nas feiras.

Somado a isso, os problemas gerados pela seca que atingiu a região durante os meses de novembro de 2019 a maio de 2020, implicaram na diminuição da produção de alguns cultivos e em efeitos na garantia da segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares pesquisados.

De modo geral, as informações sobre os cuidados a serem adotados em decorrência da pandemia estão sendo transmitidos aos agricultores por meio das agências de extensão rural local, os meios de comunicação tradicionais (rádio, TV e jornais) e as redes sociais.

Finalmente, algumas iniciativas e ações têm sido desenvolvidas pelos atores do território para amenizar os efeitos sanitários gerados pela pandemia. Destacam-se a criação de protocolos de saúde nas feiras municipais (disponibilização de álcool em gel; distanciamento entre as bancas; uso de máscaras; higienização dos produtos; etc.) e a construção de redes de solidariedade para doação de alimentos da agricultura familiar e de produtos de higiene e limpeza às populações vulneráveis da região. Essas redes têm sido articuladas pelo Fórum de Soberania e Segurança Alimentar e

¹² Ressalta-se que os efeitos causados pela seca, que são anteriores à pandemia e foram somados a ela, serão analisados de maneira secundária nesse artigo, aparecendo quando considerados relevantes.

¹³ Destaca-se a Resolução 02/2020 do Ministério da Educação (MEC) que autorizou a destinação dos alimentos adquiridos por meio do PNAE às famílias dos alunos. A Medida Provisória nº 957 que liberou R\$ 500 milhões ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para compras da agricultura familiar. A oferta de crédito na ordem de R\$ 65 milhões para cooperativas investirem e a extensão do prazo de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP).

Combate a Fome de Pelotas, em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o Quilombo do Algodão e cooperativas regionais, o Coletivo Tranca Rua e o Centro Regional de Cuidados Paliativos da Universidade Federal de Pelotas (CuidATIVA/UFPel).

Os efeitos da pandemia na produção alimentar da região

Embora não seja o foco deste estudo, a seca foi a principal responsável por afetar a produção da agricultura familiar, pelo menos até início de junho quando as chuvas voltaram a cair de modo regular na região. Em abril e maio houve relatos de falta de água, seja para consumo animal ou humano, em diversas localidades rurais. Isso impactou diretamente na produção dos principais cultivos regionais. Dados da EMATER/RS estimam que a produção de feijão e milho tiveram uma perda de 60% e 69,1%, respectivamente. Os cultivos de soja e tabaco e a produção de leite apresentaram uma diminuição de produtividade da ordem de 50,7%, 29% e 10%, respectivamente.

Do mesmo modo, a falta de chuvas impactou na perda de produção de sementes de variedades crioulas, as quais são muito utilizadas entre as populações tradicionais do território, como os quilombolas e os indígenas. Tais efeitos serão sentidos fortemente nas safras futuras.

Em relação à Covid-19 o principal impacto causado na dimensão da produção refere-se às dificuldades de manutenção dos serviços de assistência técnica e extensão rural, que até junho tiveram de ser realizados de maneira remota. Como resultado, os agricultores familiares relatam problemas de planejamento das próximas safras, já que muitos não tiveram como manter contato com os extensionistas em virtude da falta de acesso à internet.

Entrevista com agrônomo da EMATER regional revela as mudanças em relação aos métodos de trabalho na extensão rural,

A Emater-RS está (...) na forma de teletrabalho, basicamente via WhatsApp, devido a necessidade de manter o isolamento social. Foram elaborados cards, folders e folhetos eletrônicos com orientações: o que é o covid-19, como se propaga, como nos contaminamos, maneiras de nos proteger e higiene, procedimentos em feiras, etc (...). (Agrônomo, extensionista da EMATER. Entrevista realizada em 15/04/20).

Verifica-se que os agricultores familiares mais dependentes de mercados externos, tais como os produtores de grãos (milho, soja) e de produção animal (bovinocultura de corte e leite, tabaco) sentiram mais os impactos da Covid-19 e, especialmente, da seca. O fato de estarem voltados para mercados não territoriais, mais voláteis, também contribui para isso.

Essas evidências aparecem na fala de um representante do sindicato rural do município de Canguçu, que argumenta que

As cadeias comerciais mais curtas foram favorecidas (como exemplo, cebola e feijão). E cadeias que dependem da aquisição da indústria, como o tabaco desfavorecidas (...). O tabaco está sendo comercializado de forma mais lenta, apenas por algumas empresas. Já os produtos alimentícios, como exemplo, feijão, a venda [está] restrita a vizinhos, sem comercialização para fora devido ao COVID-19. (Representante STR e agricultor. Entrevista realizada em 14/04/20).

Finalmente, há expectativa de efeitos futuros no acesso aos insumos e ao crédito rural. O primeiro poderá ter seus preços elevados em virtude da alta do dólar, enquanto que o crédito rural deve ser limitado frente à queda da economia nacional projetada para os próximos meses.

Para dirimir esses efeitos, algumas ações locais foram e têm sido desenvolvidas. Destaca-se a abertura de açudes e poços artesianos, realizadas por diversas prefeituras da região, para garantir acesso à água aos animais e a população rural. Também, a parceria entre o Banco do Estado do RS (Banrisul) e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA-Pelotas), que distribuiu kits de sementes aos agricultores quilombolas e àqueles vinculados a diversas cooperativas da região.

Redes sociais, plataformas digitais e as novas dinâmicas de comercialização alimentar

As transformações nas dinâmicas de comercialização de alimentos são o ponto mais visível dos efeitos gerados pela pandemia. Imediatamente após a chegada do novo coronavírus ao país, mercados e feiras locais de abastecimento foram suspensos ou tiveram seu funcionamento reduzido, impactando diretamente na comercialização dos produtos da agricultura familiar. Soma-se a isso a interdição de restaurantes, cantinas, padarias e outros estabelecimentos alimentares que tradicionalmente adquirem seus produtos da agricultura local.

Outra dificuldade subsequente ao início da pandemia foi a suspensão do calendário de aulas em todos os níveis de ensino, interrompendo a execução do PNAE e do PAA, dois importantes mercados acessados pelos agricultores familiares.

Essas intermitências nos mecanismos tradicionais de comercialização resultaram numa estimativa de queda de 50% das vendas da agricultura familiar no território. Alguns produtores informaram perdas econômicas significativas, pois investiram em novos produtos e embalagens para entrega ao PNAE que foram canceladas, já que as aulas praticamente não iniciaram. As compras realizadas pelo Restaurante Universitário da UFPel, via PAA, também foram prejudicadas com a pandemia, gerando efeitos sobre a renda dos agricultores.

Com o passar do tempo, mesmo com a retomada dos mercados locais, especialmente as feiras da agricultura familiar e agroecológicas, mas também o retorno do funcionamento dos restaurantes, padarias e bares, o número de consumidores se mantém abaixo do normal. Aliás, essa é uma característica encontrada em todo o país. A preocupação com a saúde e o receio de ser contaminado pelo novo coronavírus diminuíram as compras presenciais de alimentos nos mercados locais.

Do mesmo modo, apesar da publicação da Resolução 02/2020 do MEC autorizando excepcionalmente a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos via PNAE às famílias dos alunos, muitos Estados e municípios têm optado por criar “auxílios-merenda” destinando dinheiro em espécie aos escolares, ou comprado os alimentos de grandes atacados¹⁴. Esse é o caso do governo gaúcho, que destinou cerca de R\$ 23 milhões do programa para a compra de alimentos de baixa qualidade nutricional de uma central atacadista. Dessa forma, as compras da agricultura familiar seguem paradas ou irrisórias, contribuindo para a perda de receita entre o setor.

Um exemplo positivo na região é a ação da UFPel, que em conjunto com a EMATER/RS, manteve a compra dos alimentos da agricultura familiar mesmo com os restaurantes universitários fechados. Foram criados kits de alimentos adquiridos junto à agricultura familiar e distribuídos aos alunos bolsistas de baixa renda.

Outro ponto interessante é que as limitações no comércio tradicional de alimentos tiveram um efeito positivo: o crescimento da oferta de produtos via plataformas digitais e tecnologia da informação (especialmente Facebook e WhatsApp) com entregas diretas nos domicílios dos consumidores. Diversas cooperativas e produtores da região relatam terem iniciado ou melhorado os mecanismos virtuais de oferta de alimentos. Há, inclusive, relatos de produtores orgânicos com dificuldades de atender a demanda por seus produtos após começarem a ofertar entregas de cestas em casa.

Esse é o caso dos agricultores vinculados a Associação Regional dos Produtores Agroecológicos da Região Sul (Arpa-Sul). De acordo com uma das agricultoras entrevistadas, mesmo as feiras não sendo fechadas na cidade de Pelotas,

A associação está comercializando também via entrega domiciliar. Encomendas realizadas diretamente por WhatsApp e distribuídas para os grupos dos associados. Entregas realizadas no sábado em horário simultâneo à feira Dom Joaquim. Esta via de comercialização tem sido relevante em volume e valor comercializado, levando ao debate em torná-lo permanente em período posterior. (...) [apesar de] uma pequena queda nas compras na feira (...) [houve] aumento nas entregas a domicílio. (Agricultora agroecológica, integrante da Arpa-Sul. Entrevista realizada em 14/05/20).

Exemplos de ações e iniciativas locais é a criação da Feira Virtual da Agricultura Familiar¹⁵ pela EMATER/RS e que funciona como uma plataforma para conectar produtores aos consumidores. Cada consumidor insere seu endereço e a plataforma disponibiliza os dados dos agricultores da região que realizam entregas domiciliares. A Cooperativa Sul Ecológica, que conta com produtores agroecológicos, criou um sistema de pedidos via WhatsApp, estabelecendo parceria com a 220 Bike Entregas para entrega dos seus produtos diretamente aos clientes. A agroindústria familiar Aura Verde Alimentos, juntamente com a Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Monte Bonito (Coopamb) a Cooperativa Agropecuária de Arroio do Padre (COOPAP) e a Cooperativa Sul Ecológica, criaram a Feira em Casa¹⁶, que funciona através da oferta de uma “caixa de assinatura”

¹⁴ Auxílio-merenda e cestas básicas: veja como prefeituras e estados estão compensando ausência de alimentação nas escolas. G1, 2020. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/04/13/auxilio-merenda-e-cestas-basicas-veja-como-prefeituras-e-estados-estao-compensando-ausencia-de-alimentacao-nas-escolas.ghtml>. Acessado: 13/04/20.

¹⁵ <https://bit.ly/2XtLndL>

¹⁶ <http://www.minhafeiraemcasa.com>

de cestas de produtos da agricultura familiar. O consumidor pode escolher em aderir a um plano semanal de entregas, um pedido único ou ainda incrementar sua cesta com outros produtos.

As transformações no consumo após o início da pandemia

Em relação aos hábitos de consumo alimentar, também são visíveis algumas transformações geradas no período analisado, notadamente em virtude do distanciamento social e das restrições impostas pelo novo coronavírus.

Essas transformações diferem de acordo com a renda auferida pelas famílias. Consumidoras de classe média entrevistadas relatam aumento do consumo de produtos frescos decorrente da pandemia, ligado a dois fatores: maior tempo em casa que possibilita o preparo (cocção) do alimento e maior preocupação com a saúde. Da mesma forma, verifica-se diminuição da frequência de compras em feiras locais em favor da aquisição de alimentos em pequenos mercados de bairro (fruteiras e mercearias) e um crescimento do aumento do consumo de produtos não perecíveis adquiridos em supermercados. É nesse estrato que se observa maior aderência às compras virtuais, tanto da agricultura familiar quanto de outros serviços.

Uma consumidora entrevistada, quando indagada sobre as mudanças nos seus hábitos de consumo em virtude da pandemia, destacou que

Sim [modifiquei meus hábitos]. Até por que a gente acaba comendo só em casa, comemos melhor...e sabendo o que está comendo. Em termos de variedade houve um prejuízo...mas no saldo, estamos comendo de forma mais saudável. (Consumidora, servidora pública. Entrevista realizada em 29/04/20).

Do mesmo modo, outra consumidora entrevistada relata que adotou as “compras a domicílio, e me programo para não ir tantas vezes ao mercado. Vou menos vezes e compro em maior quantidade do que fazia anteriormente à pandemia” (Consumidora, Dentista. Entrevista realizada em 29/04/20).

Diferentemente, entre as famílias com menor poder aquisitivo, os dados demonstram um aumento do consumo de produtos ultraprocessados e não perecíveis, adquiridos principalmente em grandes mercados atacadistas. Essas escolhas decorrem da diminuição da renda nesse estrato da população, que tem buscado nos grandes supermercados a oferta de promoções e preços baixos. Igualmente, há relatos de diminuição da frequência em feiras locais por parte desse grupo. Por fim, alguns dos entrevistados afirmam dificuldades em manter o consumo de quantidades adequadas de alimentos, especialmente feijão e arroz, mas também frutas, legumes, verduras e carnes.

Conforme consumidora entrevistada,

Diminui (o acesso aos alimentos) por que subiu o preço. Não estamos encontrando mais alguns produtos, tipo arroz, feijão, lentilha... parece que está diminuindo. Eu achei que subiu bastante [os preços]. Por isso só vou comprar uma vez a cada semana/15 dias. Compro bastante. Aumentou bastante, principalmente aqui na volta...nos minimercadinhos aqui da volta está tudo caro. (Consumidora, diarista. Entrevista realizada em 05/05/20).

Tais constatações são encontradas em outras pesquisas sobre o tema. Verifica-se aumento geral do consumo de frutas, legumes e verduras na pandemia. Todavia, tal crescimento é puxado pelas classes mais abastadas e escolarizadas. Entre os mais pobres e menos escolarizados, houve aumento do consumo de ultraprocessados (OPINION BOX, 2020; USP, 2020).

Em relação aos preços dos alimentos, ambos os estratos afirmam perceber aumento dos valores dos produtos *in natura*, ainda que não vejam riscos de desabastecimento causados pela pandemia. Cabe destacar que dentre os consumidores que disseram manter a ida às feiras locais não há relatos de aumento dos preços dos alimentos. Finalmente, a maioria dos consumidores entrevistados relata diminuição expressiva das refeições fora do lar, suspendendo a ida a restaurantes e padarias, por exemplo. Portanto, verifica-se como o consumo das famílias tem se transformado em decorrência dos efeitos gerados pela pandemia.

Os dados apresentados acima demonstram a capacidade dos atores e organizações enfrentarem as crises geradas pela pandemia da Covid-19 em nível territorial. Apesar das dificuldades impostas à saúde, produção, comercialização e consumo de alimentos, é possível verificar que os atores vinculados à agricultura familiar da região sul do RS, articulam-se na garantia de manutenção da oferta de alimentos, do acesso aos mercados e da salvaguarda da segurança alimentar e nutricional da população local.

Contudo, verificam-se desigualdades importantes entre os agricultores familiares no enfrentamento da pandemia. Percebe-se que aqueles que já acessavam políticas públicas e mercados

locais e trabalhavam de modo cooperativo tem se saído melhor que aqueles com baixa organização coletiva e consequente dificuldade no acesso às políticas e aos mercados locais.

Tais desigualdades poderiam ser amenizadas se o governo federal tivesse garantido uma renda básica emergencial às famílias rurais. Aprovada na câmara e no senado, o Projeto de Lei 735/20 foi vetado pelo presidente da república, impossibilitando aos agricultores familiares o acesso a esses recursos¹⁷.

Finalmente, para que as ações territoriais e coletivas construídas na região sejam bem sucedidas no longo prazo e efetivamente alcancem processos de desenvolvimento rural, novas e melhores políticas públicas precisam ser construídas. Com ampliação da ação do Estado e tendo como base a agricultura familiar e os sistemas locais de abastecimento, essas novas políticas alimentares podem contribuir para uma economia mais diversa, redistributiva e territorial (MORAGUES-FAUS et al., 2020).

A pandemia, o papel do Estado e o futuro: a necessidade de novas e melhores políticas públicas alimentares para os territórios

O argumento defendido nesse artigo é o de que os efeitos gerados pela pandemia da Covid-19 podem abrir a oportunidade de retomada dos territórios como principal dimensão para os processos de desenvolvimento rural. Para que isso ocorra, uma nova agenda que integre os territórios ao debate mais geral sobre sustentabilidade (ODS) e sistemas alimentares locais precisa ser colocada em prática. Dessa forma, novas e melhores políticas públicas alimentares se fazem necessárias, seja para diminuir os efeitos da Covid-19, seja para tornar as economias locais mais resilientes e com melhores capacidades de respostas às futuras crises.

Em primeiro lugar, os investimentos em compras públicas de alimentos, por meio dos mercados institucionais, precisam ser retomados e ampliados (FAO, 2020; CEPAL, 2020). Adicionalmente, a criação de novas políticas alimentares que estimulem a demanda por produtos da agricultura familiar nos territórios pode cumprir um duplo papel ao desenvolvimento: garantir renda aos agricultores e segurança alimentar às populações vulneráveis por meio do acesso aos alimentos (GRISA; NIEDERLE, 2020).

Em segundo lugar, os mecanismos de governança alimentar públicos têm de ser melhorados (FAO, 2020). Aqui os municípios podem cumprir papel fundamental por meio da criação e reforço de conselhos locais de segurança alimentar como espaços democráticos de discussão de políticas alimentares. Isso é central para que as ações positivas construídas como respostas à pandemia se desenvolvam para além da emergência e da caridade e consolidem novas agendas alimentares (FAO, 2020).

No caso do território da região sul do RS, o resgate do protagonismo do Fórum da Agricultura Familiar que desde 1996 tem atuado nas temáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável da região em uma perspectiva territorial, seria de grande relevância. Especialmente, manter o Fórum ativo no levantamento de problemáticas e demandas, proposição de ações e encaminhamentos do setor em tempos de pandemia pode contribuir para uma resposta mais coordenada das ações no território.

Um terceiro ponto é ir além das políticas setoriais para o rural, geralmente expressas por meio da oferta de crédito. É preciso que o acesso financeiro esteja atrelado ao acesso a terra, ao estímulo à criação de mercados locais (cadeias curtas) e à adoção de sistemas produtivos sustentáveis (FAO, 2020).

Em quarto lugar, o poder público poderia atuar no incentivo à formação de associações e cooperativas locais de agricultores familiares. Conforme verificamos em nossa pesquisa, os agricultores já inseridos em cooperativas estão conseguindo enfrentar melhor os efeitos da pandemia, na medida em que tem utilizado das relações coletivas de gestão e governança para articular novas dinâmicas de produção e comercialização.

Finalmente, os governos poderiam ajudar a desenvolver plataformas digitais públicas e colaborativas de entrega de alimentos. Isso iria garantir a manutenção das novas dinâmicas de compras virtuais, ao mesmo tempo em que limitaria o poder das grandes redes de *delivery* que,

¹⁷ Em um cálculo aproximado realizado pelo projeto do Observatório, estimamos em cerca de R\$ 27 milhões o volume de recursos mensais que deixou de circular no território com a negativa de acesso dos agricultores ao auxílio emergencial de R\$ 600,00.

geralmente, operam por meio de relações precárias e predatórias de trabalho (GRISA; NIEDERLE, 2020).

As ações propostas acima podem contribuir na retomada do papel do Estado nas políticas alimentares, tendo como foco a dimensão territorial do desenvolvimento a partir de uma nova agenda. No longo prazo, essas iniciativas consolidariam processos mais diversos e redistributivos que tenham na agricultura familiar e na alimentação seus principais elementos balizadores (MORAGUES-FAUS et al., 2020).

Considerações finais

Os dados preliminares da pesquisa demonstram haver um protagonismo dos atores e organizações locais no enfrentamento da pandemia da Covid-19. Esse destaque abre a oportunidade de retomada dos territórios como centrais ao debate das políticas sobre desenvolvimento sustentável. Especialmente, verifica-se como os atores e organizações do território da região sul do RS vinculados à agricultura familiar, estão construindo um conjunto de práticas e processos que tem contribuído na coesão do tecido social, na manutenção do dinamismo econômico do território e, principalmente, na garantia do acesso aos alimentos e da segurança alimentar e nutricional dos seus habitantes. Esses elementos são fundamentais na gestão e superação das crises que estamos vivendo.

Desta forma, para que essas práticas e processos perdurem no longo prazo e efetivamente sejam institucionalizadas no território – indo além do seu caráter assistencial atual – é preciso que elas sejam conectadas de modo mais efetivo ao debate sobre desenvolvimento sustentável e sistemas alimentares locais. A esfera municipal, por meio da construção de uma nova agenda alimentar, torna-se essencial nesse sentido.

Há ainda dois pontos sobre os quais é necessário avançar. O primeiro refere-se à retomada de uma maior presença do Estado, hoje praticamente ausente, das proposições de desenvolvimento, especialmente em âmbito federal. Diante dos graves efeitos gerados pela pandemia, uma gestão integrada, clara e articulada faz-se necessária para a melhoria dos processos de produção, comercialização e consumo de alimentos, notadamente para que não sejam perdidas as experiências exitosas criadas para o combate à pandemia.

O segundo ponto refere-se ao tema da governança. Há uma histórica incapacidade de articulação das políticas públicas entre os entes federativos no país, as quais foram expostas de modo claro no atual contexto. Essa falta de governança no campo das políticas públicas acaba gerando ineficiências tais como desperdício de recursos, dificuldades de acesso às políticas existentes e, principalmente, incapacidade em propor novas agendas e políticas. Completa o quadro a falta de espaços democráticos de deliberação, as dificuldades de articulação entre os atores estatais e a sociedade civil e, no caso da agricultura familiar, a desestruturação dos órgãos de extensão rural.

Uma saída para superar essas limitações encontra-se no estímulo à construção de políticas alimentares territoriais que estejam conectadas aos processos e demandas locais dos atores. Conforme demonstramos ao longo do artigo, os tecidos sociais territoriais, apesar de todas as dificuldades, possuem capacidade de organização coletiva em momentos críticos como os que estamos vivendo. O que falta é o reconhecimento público dessa capacidade e o estímulo ao seu desenvolvimento.

Referências

ABRAMOVAY, R. Relatório Institucional da Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília: PNUD, Projeto BRA-98/012, junho/2002, Relatório de Pesquisa.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO – BID. Retos para la agricultura familiar en el contexto del Covid-19: evidencia de productores en ALC. Washington: BID, 2020.

BLAY-PALMER, A; SANTINI, G; DUBBELING, M; RENTING, H; TAGUCHI, M; GIORDANO, T. Validating the city region food system approach: enacting inclusive, transformational city region food system. *Sustainability*, 10, 1680, p. 1-23, 2018.

BERDEGUÉ, J; FAVARETO, A. Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, No. 32. Santiago de Chile. FAO. 18 p. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Edição, 1999.

CEPAL. **Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe**. Informe COVID-19, 16 junio 2020.

DELGADO, N; LEITE, S. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, no 2, 2011, pp. 431 a 473.

DEL GROSSI, M. Efeitos crise Covid: análise nacional e agricultura familiar. Centro de Gestão da Agricultura Familiar e Inovação, CEGAFI/UnB. Informativo julho 2020.

FAO. **Cities and local governments at the forefront in building inclusive and resilient food systems: key results from the FAO survey “Urban food systems and Covid-19”**. Roma: FAO, 2020.

FAVARETO, A. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural: lições para uma nova geração de políticas públicas. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 52–62, jan./2009 a jun./2010a.

FAVAVERTO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, vol. 24, n. 68, 2010b.

FAVARETO, A. Territórios rurais em um mundo urbanizado e globalizado: paradoxos e transição para a sustentabilidade. In: GUIBERT, M; SABOURIN, E (coord.). *Ressources, inégalités et développement des territoires ruraux en Amérique latine, dans la Caraïbe et en Europe*, Paris, Institut des Amériques/Agence française de développement/Fondation EU-LAC, 2020.

FRANCE URBAINE. Enquête sur le système alimentaire face à la crise de Covid-19 dans les grandes villes : découvrez les premières tendances qui se dégagent. 2020. Disponível em: <https://franceurbaine.org/actualites/enquete-sur-le-systeme-alimentaire-face-la-crise-de-covid-19-dans-les-grandes-villes>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C; NIEDERLE, P. É urgente inovar nas políticas alimentares fortalecendo a agricultura familiar. **GEPAD em Quarentena**, nº 37, 2020. Disponível em: <https://facebook.com/estudoseagricultura>. Acesso em: 20 maio 2020.

IICA. **La agricultura familiar y el abastecimiento agroalimentario ante la pandemia COVID-19 en América Latina y el Caribe**. Programa de Desarrollo Territorial y Agricultura Familiar. Costa Rica, junio 2020.

MARSDEN, T. Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition: incorporating social relations into economic restructuring. *Sociologia Ruralis*, V.32, nº 2/3, p.209-230, 1992.

MORAGUES-FAUS, A; MARSDEN, T; ADLEROVÁ, B; HAUSMANOVÁ, T. Building Diverse, Distributive, and Territorialized Agrifood Economies to Deliver Sustainability and Food Security, *Economic Geography*, 2020. DOI: 10.1080/00130095.2020.1749047

NILSSON, M., COSTANZA, R. Overall Framework for the Sustainable Development Goal in ICSU/ISSC. **Review of the Sustainable Development Goals: The Science Perspective**, Paris, International Council for Science (ICSU), p. 7-12. 2015.

OPINION BOX. Impacto nos hábitos de compra e consumo: os cuidados com a alimentação durante o isolamento e a intenção de voltar a frequentar eventos com aglomerações. 16ª edição. Dados coletados de 08 a 10/07/20. São Paulo, 2020.

PERAFÁN, M; SCHNEIDER, S. Que desenvolvimento dos territórios rurais em América Latina e no Caribe? In: GUIBERT, M; SABOURIN, E (coord.). *Ressources, inégalités et développement des territoires ruraux en Amérique latine, dans la Caraïbe et en Europe*, Paris, Institut des Amériques/Agence française de développement/Fondation EU-LAC, 2020.

PÉREZ, E. Hacia una nueva visión de lo rural, en Giarraca, N. (Ed.) ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires, CLACSO. 2001.

PIRAUX, M; CANIELLO, M. Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, vol. 39, n. 2, 359-379, 2019. <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.115>.

PREISS, P. Challenges facing the COVID-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. *Agric Hum Values, Agriculture, Food & Covid-19*, May 2020.

PREISS, P; SCHNEIDER, S; GRISA, C; MOLINA, A. Os sistemas agroalimentares e a crise COVID-19: é possível um cenário mais justo e equitativo? In: **SANTOS, R; POCHMANN, M. (Org.). Brasil pós pandemia: reflexões e propostas**. Alexa Cultura: São Paulo, 2020a, 336 pg. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1VdaLK7UJxZ2ICqtYyHhgbNDWj_661nNHj/view. Acesso em: 08 ago. 2020.

SARAIVA-MATUS, S.L., AGUIRRE, P. **Lo rural y el desarrollo sostenible en ALC. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América latina y el Caribe**, n° 3. 2019.

SCHEJTMAN, A; BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. Documento elaborado para la División América Latina y el Caribe del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola y el Departamento de Desarrollo Sustentable del Banco Interamericano de Desarrollo. Borrador de trabajo, 2003.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n° 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

UNICEF. Impactos primários e secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes. 25 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

USP. Cresce o consumo de alimentos não saudáveis entre os menos escolarizados. *Jornal da USP*, 2020. Disponível em: <http://jornal.usp.br/ciencias/alimentacao-nao-saudavel-cresce-entre-os-menos-escolarizados-do-norte-e-nordeste>. Acesso em: 13/08/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.